

ARTIGO

A objetividade da intersubjetividade: conhecimento social objetivo dentro e à volta das organizações

PAULO TROMBONI DE SOUZA NASCIMENTO ¹¹ UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) / PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – SP, BRASIL**Resumo**

Para muitos na sociologia organizacional, a subjetividade é intrinsecamente arbitrária e relativista, impedindo a possibilidade do conhecimento social objetivo. Porém, o comportamento e a estrutura organizacional dependem da intersubjetividade. Esse ensaio teórico visa uma síntese crítica da literatura pertinente e indaga se e como é possível uma abordagem objetiva da intersubjetividade. Esse tratamento é alcançado pela combinação de intersubjetividade com relações sociais necessárias à organização. Intersubjetividade e relações sociais se constroem sobre as necessidades e funcionalidades biológicas e constituição neurológica humanas e são observadas na ação organizacional e nos seus resultados culturais. Relações sociais necessárias e cultura evoluem de forma lamarckiana visando efetividade. Assim, é possível um conhecimento objetivo dos fenômenos organizacionais dentro e à volta das organizações. Uma consequência crucial é a necessidade e possibilidade de uma interpretação objetiva dos fenômenos organizacionais. Permanece um resíduo da subjetividade que não afeta a intersubjetividade e pode ser objetivamente investigado através da neurociência e da ciência cognitiva.

Palavras-chave: Relações sociais necessárias. Ação organizacional necessária. Epistemologia científica. Interpretação objetiva.

*The objectivity of intersubjectivity: objective social knowledge within and around organizations***Abstract**

For many in organizational sociology, subjectivity is intrinsically arbitrary and relativistic, precluding the very possibility of objective social knowledge. However, organizational behavior and structure hinge on intersubjectivity. This theoretical essay is a critical synthesis of pertinent literature that inquires whether and how it is possible to develop an objective approach to intersubjectivity. Such an approach is achieved by combining the intersubjectivity and social relations necessary for the organization. Intersubjectivity and social relations are built upon human biological needs and the human neurological constitution and functionalities. They are observed in organizational actions and cultural results. Necessary social relations and culture evolve in a Lamarckian way, seeking effectiveness. Thus, an objective knowledge of organizational phenomena within and around organizations becomes possible. One key consequence is the need for and possibility of an objective interpretation of organizational phenomena. There remains an unaddressed residue of subjectivity that does not affect intersubjectivity and can be objectively investigated through cognitive science and neuroscience.

Keywords: Necessary social relations. Necessary organizational action. Scientific epistemology. Objective interpretation.

*La objetividad de la intersubjetividad: conocimiento social objetivo dentro y alrededor de las organizaciones***Resumen**

Para muchos expertos en sociología organizacional, la subjetividad es intrínsecamente arbitraria y relativista, lo que impide la posibilidad de conocimiento social objetivo. No obstante, el comportamiento y la estructura organizacional dependen de la intersubjetividad. Este ensayo teórico se propone realizar una síntesis crítica de la literatura pertinente e indaga si y cómo es posible un abordaje objetivo de la intersubjetividad. Tal abordaje se logra mediante la combinación de la intersubjetividad con las relaciones necesarias para la organización. La intersubjetividad y las relaciones sociales se construyen sobre las necesidades y las funcionalidades biológicas y la constitución neurológica humanas y se observan en la acción organizacional y en sus resultados culturales. Las relaciones sociales necesarias y la cultura evolucionan de forma lamarckiana con vistas a la efectividad. Así, es posible un conocimiento objetivo de los fenómenos organizacionales dentro y alrededor a las organizaciones. Una consecuencia crucial es la necesidad y posibilidad de una interpretación objetiva de los fenómenos organizacionales. Permanece un residuo de subjetividad que no afecta la intersubjetividad y puede ser objetivamente investigado mediante la neurociencia y la ciencia cognitiva.

Palabras clave: Relaciones sociales necesarias. Acción organizacional necesaria. Epistemología científica. Interpretación objetiva.

Artigo submetido em 05 de setembro de 2024 e aceito para publicação em 11 de dezembro de 2024.

[Artigo traduzido com auxílio de inteligência artificial]

DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120240144>

INTRODUÇÃO

Problema e objetivo

Para muitos, a subjetividade humana representa uma diferença intransponível entre as ciências naturais e sociais. A subjetividade impediria a existência de estruturas sociais e o estudo objetivo da sociedade. Para Burrell e Morgan (2005), aceitar ou negar a realidade das estruturas sociais é uma característica paradigmática da sociologia organizacional, por isso, irreconciliavelmente dividida entre as concepções subjetivistas e objetivistas da ciência social.

Burrell e Morgan (2005) reconheciam que era fácil a crítica destrutiva entre paradigmas e, por isso, descartaram-na como infrutífera na pesquisa. Para desenvolvimento ulterior, eles adotaram a perspectiva da crítica interna e da reflexão comparativa.

Em contraste, o objetivo aqui é uma síntese filosófica e crítica baseada na ciência. A filosofia da ciência é aqui concebida como uma especulação racional (Russell, 1945) e pragmática (Peirce, 2008) sobre problemas filosóficos originados na prática humana (Marx & Engels, 1977) e na ciência (Popper, 2002). Assim, as questões centrais deste ensaio são se e como, no estudo das organizações, é possível abordar objetivamente a subjetividade humana.

Método e estrutura do texto

A literatura relevante para este ensaio é potencialmente gigantesca. Por isso, a abordagem adotada se refere a trabalhos de autores conhecidos que a sintetizam para leigos informados, confiando na sua habilidade de trazer a essência das ideias emergentes da literatura científica. No seu conjunto, eles cobrem as teorias e evidências pertinentes e citam a miríade de trabalhos pertinentes sobre evolução, cognição, inteligência artificial e neurologia.

Assim como a evolução darwiniana domina o mundo biológico, a evolução lamarckiana é característica do mundo social. A Figura 1 mostra a evolução a partir de uma natureza humana fundamentada na antropologia e na etologia, levando a um desenvolvimento sociocultural lamarckiano. “A própria cultura é constituída por objetos físicos e padrões duradouros de relacionamentos na práxis humana [...] [que] constituem o objeto das ciências sociais” (Goddard, 1973). Padrões duradouros constituem relações sociais necessárias (RSN) e conferem objetividade à intersubjetividade. Por sua vez, a intersubjetividade objetiva resulta no conhecimento objetivo das organizações. Cada nível está fundamentado no nível inferior, mas emerge dele de maneira contingente e específica, possuindo suas próprias características e processos típicos. Isso é análogo à forma como uma árvore está enraizada no solo, mas também possui uma natureza vinculada aos seus próprios processos e restrições, não apenas ao solo abaixo.

A EVOLUÇÃO SÓCIO-CULTURAL LAMARCKIANA

A natureza biológica e social dos humanos

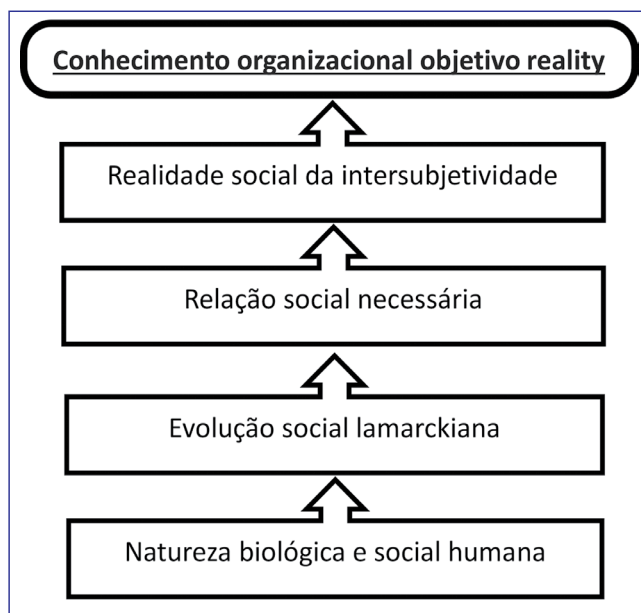
O primeiro passo na construção da objetividade é compreender as raízes biológicas da natureza sociocultural humana. De nossa natureza animal vêm nossos corpos e cérebros. Quase todas as características biológicas e neurológicas humanas são encontradas em mamíferos e primatas (Bennett, 2023). Com os cérebros vieram as capacidades cognitivas e emocionais dos humanos e sua orientação social (Lieberman, 2013).

Muitos animais são sociais. Grandes mamíferos cooperam para a caça, higiene (tirar piolhos), proteção do grupo etc. Os animais também têm hierarquia. Até bactérias se agrupam para defesa e cooperação em situações de escassez (Damásio, 2018).

Aristóteles colocou os humanos entre os animais sociais. Assim os coloca a etologia (Lorenz, Pavlov, Humphrey, Dunbar, entre outros) e a sociobiologia (Edmond Wilson e outros).

A principal distinção humana é nossa capacidade de linguagem, sem paralelo conhecido entre os animais (Berger & Luckmann, 1979). Da linguagem nasce a razão. Apesar de alguma controvérsia, o consenso científico aponta para uma racionalidade imperfeita. Limitada por ideologias (Marx, 1818-1883). Pelo inconsciente (Freud, 1856-1939). Pelos vieses da percepção (Psicologia da Gestalt). Pelas limitações do processamento cognitivo (Simon, 1979).

Figura 1
O argumento deste artigo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nas ciências sociais, por consenso, o homem é um animal social, que coopera e entra em conflito para satisfazer suas necessidades, com linguagem e racionalidade limitada e autonomia restrita de ação (Marx, 1977; Parsons, 1968).

Pode haver discordância em detalhes. Uma pessoa religiosa talvez acrescentasse uma alma espiritual, mas não renunciaria aos demais atributos acima.

COMPORTAMENTOS SOCIAIS

Sozinha, a biologia não explica completamente o comportamento humano. Tampouco os fatores sociais. Juntos, eles condicionam fortemente o pensamento e o comportamento.

A biologia diz respeito às necessidades físicas do corpo: exigências de energia, água, alimento, descanso, excreção, reprodução etc. Além disso, há os sistemas corporais, como o sistema nervoso. Os cérebros fornecem regulação homeostática (Damásio, 2018; Solms, 2021) e orientação e controle sobre a ação externa.

Nos mamíferos, há também subsistemas cerebrais dedicados à interação social (Bennett, 2023; Churchmann, 2013; Damásio, 2018; Dunbar, 1992, 1993). Churchman (2013), por exemplo, atesta nosso lado social, mostrando as bases cerebrais da moralidade humana, nosso senso de dever para com os outros, agressão e sexo. Lieberman (2013) explica como “nossos cérebros são constituídos de modo a nos conectarmos”. Há pouca controvérsia sobre a existência de redes neurais voltadas à sociabilidade em nossos cérebros, mesmo que a configuração subjacente do sistema ainda seja objeto de pesquisa.

Para explicar diferentes comportamentos, importância diferenciada é atribuída a fatores biológicos e socioculturais. Wilson (1995) enfatiza a base biológica da família, por exemplo. Há grupos familiares entre mamíferos. Seu propósito biológico é a reprodução e a sobrevivência da espécie. Entre humanos, parece haver uma forte inclinação genética para a vida familiar. Entretanto, enquanto entre animais as famílias têm uma forma típica, as famílias humanas variam enormemente, de nucleares a extensas. Há poligamia, monogamia, uniões poli amorosas e parcerias homoafetivas. Há famílias patriarcais e matriarcais, bem como famílias estendidas. Há pessoas solteiras. Há monges e freiras celibatários. Há crianças adotadas, madrastas e padrastos. Berger e Luckmann (1979) destacam a enorme diversidade do comportamento sexual humano. Parece claro que a família e o comportamento sexual transcendem a mera reprodução e sobrevivência da espécie. Mesmo Wilson (1995) aceita que o comportamento familiar humano não pode ser reduzido à biologia.

A alimentação é outro exemplo biológico significativo. Toda espécie precisa comer. Os humanos são onívoros e apresentam uma ilimitada variação e complexidade cultural na sua alimentação. O alimento é socialmente coletado ou cultivado e depois preparado e servido com um vasto e crescente conjunto de normas, rituais, utensílios etc. Picaretas, arados, tratores, estábulos, fazendas, fertilizantes, sementes geneticamente alteradas, fogões, louças, temperos, diversidade de preparo, rituais de mesa, dietas para perda de peso, infraestrutura, instituições etc., até mesmo o jejum (Flandrin & Montanari, 1998) surgem de processos socioculturais, irredutíveis à mera alimentação.

O ponto essencial é que existe um enorme condicionamento cultural do comportamento social relacionado às necessidades ou impulsos humanos básicos (agressão, alimentação, sexo etc.), chegando até a reverter impulsos biológicos.

E quanto às necessidades e comportamentos não básicos? Altruísmo, religião, guerra [...] Wilson (1995) argumenta em favor de uma influência biológica remota, admitindo variação ainda maior decorrente de fatores sociais. Mais relevante ainda, Wilson (1995) nada diz sobre comportamentos sociais não básicos, frequentemente organizados, tais como linguagem, economia, mercados e instituições, política, guerra e muitos outros.

A dinâmica sociocultural lamarckiana

Em seus elementos básicos, a sociedade passa por mudanças contínuas, massivas, assíncronas, aperiódicas e em fases: linguagem, divisão do trabalho, hierarquia, produtos materiais, valores morais, conhecimento, instituições, até mesmo a própria noção de racionalidade (Costa, 1994), etc. Esses elementos sociais tornam-se cada vez mais diferenciados e complexos e são regularmente reproduzidos. Toda essa dinâmica sociocultural preserva práticas adquiridas e bem-sucedidas (as mais aptas) (Wilson, 1995). É lamarckiana.

A linguagem é um exemplo primordial da dinâmica sociocultural lamarckiana (Everett, 2017). Hoje, sobrevivem mais de 7.000 línguas faladas. Muito menos do que no passado (Everett, 2017). Essa enorme flexibilidade e variabilidade não pode ser codificada geneticamente (Bennett, 2023). Ninguém nasce falando.

Para Bennett (2023), as evidências e o pensamento científico atuais sugerem que bebês adquirem sua língua materna por meio de comportamentos pré-linguísticos instintivos. Esse “currículo de aprendizagem” consiste, primeiro, em “proto-conversas” de bebês balbuciando com suas mães, muito antes de pronunciarem qualquer palavra; segundo, em “atenção conjunta a objetos”, que começa aos nove meses de idade; e terceiro, em uma inclinação instintiva e incessante para fazer perguntas. Esse “currículo de aprendizagem estabelecido geneticamente [...] reaproveita áreas neocorticais de mentalização mais antigas transformando-as em áreas de linguagem” (Bennett, 2023, pp. 317-322). Não existem redes cerebrais dedicadas exclusivamente à linguagem (Everett, 2017). Há apenas uma inclinação genética para engajar-se em conversação, atenção conjunta e fazer perguntas. Todo o vasto restante é cultural (Bennett, 2023).

A linguagem oral levou à escrita e ao registro, ampliando enormemente a transmissão e o impacto da cultura, da linguagem e da racionalidade. Basta comparar os escritos originais dos primeiros sumérios, restritos a representações pictóricas de substantivos concretos (Jean, 1992), com os atuais sistemas de escrita. Toda a sofisticação atual da escrita deriva da flexibilidade comportamental e da acumulação cultural.

Para eliminar qualquer dúvida remanescente, observe-se o caso do chocolate, criado pelos astecas. Hoje, ele é um item de consumo global. Os astecas desapareceram. O chocolate permanece, com um alcance global e uma complexidade e sofisticação social de produção, preparo e consumo que surpreenderia seus inventores. É evidente que não há comparação entre a culinária moderna e os hábitos alimentares de caçadores-coletores, ou mesmo com qualquer civilização antiga (Flandrin & Montanari, 1998).

Herculano-Houzel (2016) argumenta inclusive que o ato de cozinhar permitiu que o cérebro humano crescesse até seu tamanho excepcional atual. Cozinhar permite extrair muito mais energia dos alimentos, essencial para o voraz cérebro humano e seu enorme neocórtex — uma característica essencial para nossos amplos grupos sociais e evolução da linguagem (Dunbar, 1993).

O mesmo vale para a fabricação e o uso de ferramentas. Ambos afetaram a configuração musculoesquelética e a destreza dos primeiros hominídeos. Eles podem ter tido um programa de aprendizagem para ferramentas de pedra, semelhante ao da linguagem, talvez baseado em atenção conjunta a objetos, imitação e alguma protolinguagem (Bennett, 2023). A evolução humana certamente foi profundamente afetada por invenções culturais (Condemi & Savatier, 2019), distinguindo-nos fortemente de outros animais.

Como outra ilustração, observe-se a manutenção e restauração social da saúde. Tribos e clãs humanos antigos provavelmente tinham cuidados rudimentares de saúde. A civilização trouxe melhores possibilidades de cuidado. Há evidências de trepanações entre egípcios faraônicos e sumérios. Desde o Renascimento, enormes progressos foram feitos (Damásio, 2018; Simmons, 2004). Embora a doença seja um estado biológico e o cuidado com a saúde seja um traço cultural antigo, um sistema social de saúde é um fenômeno recente e atualmente gigantesco.

Hoje em dia, é impossível negar a centralidade da evolução sociocultural da sociedade. Em muitas áreas, pode-se até falar em progresso e acumulação cultural que transcende civilizações — na ciência, tecnologia, práticas cotidianas, indústria e comércio, infraestrutura, divisão do trabalho, instituições etc. Muitas línguas compartilham um patrimônio cultural de conceitos sofisticados de todos os tipos.

Sem paralelo entre os animais, os mercados e a economia são claramente um aspecto social central da vida humana e hoje suprem nossas necessidades materiais e espirituais. A sociologia revela o núcleo institucional da vida cotidiana além das atividades econômicas (Durkheim, 1895; Giddens, 1993; Parsons, 1968).

Embora seja controverso, pode-se até argumentar a favor do progresso moral da humanidade. A condenação social do assassinato arbitrário de concidadãos é um exemplo antigo. O fim da escravidão socialmente legítima é outro exemplo marcante e recente de evolução moral. Comum e legal até recentemente, agora é ilegal em todo o planeta. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, por mais polêmica que ainda seja, também pode ser vista como progresso moral.

A capacidade humana de transmitir, reproduzir e expandir nossa cultura é observável e consensual. Essa dinâmica sociocultural é claramente lamarckiana e conduz ao aumento da complexidade cultural e social que sustenta a sobrevivência e a expansão humanas. Ela não é redutível à biologia. Linguagem, indústria, mercados, tecnologia, ciência, culinária, medicina etc. são fenômenos sociais. Evidências abundantes dessa dinâmica são fornecidas pela arqueologia, antropologia, história, economia, sociologia etc.

A dinâmica social lamarckiana promove padrões metastáveis de comportamento eficaz na sociedade. Tais padrões são particularmente estáveis quando baseados em RSN e explicam a regularidade duradoura (não permanente) do comportamento humano e das estruturas sociais. As organizações — “sistemas de cooperação” — são apenas os mais coordenados padrões metastáveis!

RELAÇÕES SOCIAIS NECESSÁRIAS (RSN) E A GESTÃO

Relações sociais necessárias e voluntárias e cobrança mútua

“Diferentemente das leis do mundo físico, que não são afetadas pela sua própria operação, as estruturas e relações sociais não existem independentemente das atividades que as realizam” (Mingers, 2000, p. 1263). Sem ação, as relações sociais permanecem latentes. Um funcionário não perde seu emprego ao final do expediente. A relação empregatícia continua e gera obrigações. O trabalhador deve retornar regularmente e realizar o trabalho contratado; o empregador deve pagar o que deve. Mesmo se o vínculo empregatício se rompe, certas obrigações permanecem. Algumas relações sociais são voluntárias. Ainda assim, podem gerar obrigações necessárias. Por exemplo, a filiação a um clube pode ser uma livre escolha. Porém, mensalidades são devidas. Mesmo quando a relação social se extingue, algumas obrigações permanecem. Por exemplo, verbas rescisórias, respeito a patentes de terceiros ou pensão alimentícia após um divórcio.

Outras relações sociais são necessárias — ninguém escapa delas. Por exemplo, aquelas derivadas da alimentação, reprodução ou sobrevivência. Marx e Engels (1977) foram dos primeiros a sugerir que a sociobiologia humana cria divisão do trabalho e impõe RSN de produção e troca. A cooperação possibilita resultados que indivíduos isolados não alcançariam (Giddens, 1993).

Sob a divisão social do trabalho, renda e subsistência derivam de empregos, propriedade ou negócios — todos baseados em relações sociais com empregadores, clientes, fornecedores ou financiadores. Smith e Marx observaram que cada pessoa vive imersa em uma teia de relações econômicas de troca, produção, comando, subordinação, cooperação e conflito. Essa rede dentro e no entorno das organizações e pessoas define os resultados esperados e exigidos pelos outros em troca de sua colaboração. É baseada na tecnologia contemporânea e requer papéis e posições técnicas e de comando, implicitamente definidas nas relações sociais (Berger & Luckmann, 1979). Ao contratante corresponde o contratado. Ao chefe, o subordinado.

Aos capitalistas, os trabalhadores. Sacerdotes e seu rebanho. Governantes e cidadãos. Fornecedores e compradores. Trabalho independente por diferentes operadores.

As RSN dividem a sociedade em grupos ou classes com papéis distintos. É a institucionalização de papéis de Berger e Luckmann (1979). Essa divisão gera conflito sistemático de interesses estruturais — estáveis e recorrentes — entre os grupos de diferentes papéis. Marx (1976) sustenta que “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, sob condições escolhidas por eles, mas sob condições diretamente determinadas ou herdadas do passado.”

As RSN fundamentam estruturas sociais e são objetivas porque seus participantes possuem papéis institucionalizados. Papéis dos quais não podem escapar sem mudança estrutural. Mesmo o indivíduo desfrutando de alguma liberdade, não consegue viver na sociedade sem se submeter às exigências das posições sociais que ocupa. As razões são simples: sua renda e subsistência dependem da sua aceitação de tais exigências. Portanto, Ele disputa e assume posições, sendo bem-sucedido quando bem desempenha os papéis que lhe são atribuídos. Se não desempenha bem, perde sua posição. Fica desempregado; não consegue serviços, se autônomo; ou vem a falir, se empresário. A pessoa é descartada e outros ocuparão seu lugar. A competição contínua assegura a permanência dos papéis e posições como uma estrutura social.

Toda relação de troca envolve papéis polares. Exigências são imanes em tais relações sociais e aceitas voluntariamente porque os participantes cumprem suas obrigações e seu papel acordado em troca das recompensas acordadas: salários, tarifas, lucros, mercadorias, serviços, mesmo favores. Cada parte busca garantir que os outros cumpram suas obrigações e, por vezes, quer aumentar a própria recompensa. Descumprimentos geram retaliação ou rompimento da relação, o que leva cada parte a buscar outra contraparte.

Na reprodução das RSN, sempre há exigências recíprocas e conflito. Assim emerge um sistema de conflitos imanente às atividades da organização — “sistemas de cooperação”. É justamente isso que dá objetividade às intenções e atividades dos envolvidos: todos compartilham o significado profundo, inevitável e objetivo das RSN.

Relações sociais necessárias, hierarquia e organizações

Existe hierarquia entre mamíferos — o macho alfa, a fêmea alfa etc. (Churchland, 2013). Não surpreende que a hierarquia apareça entre humanos para regular conflitos, em especial para coordenar ações complexas que exigem recursos significativos.

Mobilizar pessoas e fornecedores cria uma vasta rede de RSN no interior e entorno das organizações. Tais relações impõem papéis e comportamentos de perto exigidos, monitorados e controlados pelos participantes.

Crucialmente, participantes demandam recursos como compensação. A maioria das ações das organizações também necessita de outros recursos. As organizações necessitam de resultados para conseguir esses recursos e podem se dissolver em crises severas de resultados — como quando um exército derrotado foge como uma turba desordenada. As mesmas pessoas continuam presentes, mas a organização desaparece devido à falta de resultados, o que dissolve a vontade de participar dos subordinados e o poder da hierarquia. Assim, assegurar resultados suficientes é um propósito organizacional subordinado vital e sempre presente. Como circunstâncias e expectativas mudam, uma hierarquia é também necessária para regular os conflitos distributivos entre as partes interessadas. Além disso, para suprir os recursos necessários, os seus proprietários buscam alcançar um retorno suficiente da organização, em consequência, frequentemente, exigindo seu controle hierárquico.

Em adição, processos técnicos criados pela divisão horizontal e funcional do trabalho geram novas RSN internas.

O padrão de RSN e das atividades que as sustentam constitui a estrutura social da organização. Indivíduos podem sair ou ser substituídos. No limite, todos podem ser trocados sem que a organização desapareça — desde que o padrão de relações seja preservado.

Cooperativas, fundações e outras organizações não são empresas capitalistas. Mas elas também necessitam de recursos, divisão de trabalho e hierarquia. Exércitos, polícia, organizações sociais, ordens religiosas, instituições públicas, todas têm hierarquia e instituem RSN.

Violar RSN gera reações sociais negativas, às vezes letais. O empregado pode desobedecer a seu chefe, mas arrisca-se a perder seu emprego e salário. O escravo é forçado a obedecer a seu senhor. Se tenta escapar, é perseguido, capturado, punido, até mesmo morto. Da mesma forma, o prisioneiro criminoso é encarcerado contra sua vontade. A atividade criminal é institucionalmente perseguida e punida. Mesmo o comando de dirigentes é ignorado e podem ser dispensados quando violam seus papéis organizacionais. Embora os papéis sociais admitam alguma liberdade de ação, as pessoas não escapam de participar da divisão de trabalho, nem das relações sociais que definem tais papéis.

RSN implicam regularidade de comportamento. Regularidade não é certeza, contudo. Apenas tendência, inclinação, orientação de ação específica sob condições específicas (Giddens, 1993). Tal regularidade tem o caráter das *soft laws* de Horgan e Tienson (1996), das leis com cláusula *ceteris paribus* dos economistas, ou das *default hierarchies* de (Holland et al., 1989).

Conforme avança através da evolução sociocultural, a sociedade cria formas cada vez mais sofisticadas de cooperação e conflito, que se institucionalizam. Especificamente, a cooperação organizada gera RSN e o conflito ajuda a gerar novas práticas e preservar a hierarquia e relações assimétricas.

Intersubjetividade, organização e hierarquia

A cooperação contínua, ordenada, eficaz e eficiente é fundamental para uma organização, que pode ser inicialmente definida como “um sistema de cooperação [...]” (Barnard, 1942).

March e Simon (1958, p. 4) destacam a importância das organizações como componentes estruturais da sociedade moderna. “As organizações são agrupamentos de seres humanos interagindo [...] os maiores [...] em nossa sociedade que possuem algo semelhante a um sistema coordenador central. [...] uma unidade sociológica comparável em importância ao organismo individual na biologia.”

Barnard (1942, p. 82) sugere que “uma organização passa a existir quando (1) há pessoas capazes de se comunicar entre si, (2) que estejam dispostas a contribuir com ações, (3) para realizar um propósito comum.”

A cooperação eficaz e eficiente requer divisão vertical, horizontal e funcional do trabalho. Assim, é necessário aceitar RSNs de troca e produção para aquisição de recursos e sua distribuição aos *stakeholders*. Uma organização só sobrevive ao remunerar seus contribuintes com os resultados da ação cooperativa eficaz dentro de seu “domínio de operações” (Thompson, 2006) — receitas e doações. A cooperação dos *stakeholders* depende de pagar sistematicamente os salários dos empregados, compensações executivas, dividendos, juros, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços, favores etc.

As RSN exigem significados compartilhados. A intersubjetividade objetiva está no cerne da cooperação eficaz e eficiente, como na comunicação, na consistência das práticas, na percepção organizacional, na atenção e memória, no pensamento organizacional, na inteligência de negócios, na identidade organizacional, na compreensão dos clientes, na compreensão dos *stakeholders*, na divisão do trabalho, na definição de metas, no monitoramento, no planejamento, no controle da ação etc.

A cooperação gera conflitos de interesse sobre a divisão dos esforços, a distribuição dos resultados da cooperação e outras condições de troca (preço ou proporções no escambo, qualidade etc.). Assim, uma organização pode ser mais bem definida como um sistema de cooperação e conflito. Aqui, o subjetivista deve reconhecer conflitos de interesse.

A cooperação é também um meio poderoso de lidar com competição e conflitos. Para obter melhores decisões e implementação, por meio de arbitragem, negociações e barganhas, líderes gerenciam o “sistema de cooperação” para persuadir retardatários e *stakeholders* recalcitrantes, para evitar, mitigar ou compensar as consequências adversas dos conflitos e para vencer adversários e competidores. A rápida integração de informações, a tomada de decisão e a ação de comando são processos sociais essenciais para lidar com o conflito, especialmente o conflito destrutivo. Carisma, coerção e persuasão também desempenham um papel na resolução bem-sucedida de conflitos. Assim, a intersubjetividade objetiva é essencial para a própria existência e resolução do conflito e da competição. Em algum nível, deve haver acordo sobre a identidade do sujeito ou objeto da disputa (Nascimento, 2008, 2022).

Propósito comum, cooperação, coordenação, resolução de conflitos, gestão e liderança são fundamentados nas RSN e exigem intenções e significados intersubjetivamente compartilhados — portanto, objetivos.

A OBJETIVIDADE ORGANIZACIONAL DA INTERSUBJETIVIDADE

Para Burrell e Morgan (2005, p. 4), a ontologia dos fenômenos sociais é ou realista ou nominalista. O realista reconheceria a existência de um mundo social composto por estruturas sociais tangíveis e relativamente estáveis — a ordem social vigente. Ao nascer, o indivíduo já encontraria tais estruturas estabelecidas, institucionalizadas, governando sua vida independente de sua consciência. Para o realista, a estrutura social é tão objetiva quanto o mundo natural. Entre os realistas, Burrell e Morgan (2005) incluíram o interacionismo simbólico, os weberianos, os marxistas, a teoria da ação social e o positivismo.

Em contraste, o nominalista não vê estruturas reais na sociedade. Ela centraliza sua compreensão nas crenças das pessoas. Para ela, essas crenças são apenas rótulos convenientes para entender, justificar e negociar o mundo externo. As pessoas estariam livres para fazer e pensar o que quisessem. Nada constrangeria o pensamento ou o comportamento. As estruturas sociais não seriam nada mais do que um reflexo frágil da maneira como os indivíduos pensam. Nesse campo nominalista, Burrell e Morgan (2005) incluíram o existencialismo, o anarquismo individualista, a teoria crítica, a fenomenologia, a hermenêutica e a sociologia fenomenológica.

Contudo, o nominalista, ou subjetivista, não escapa de aceitar a linguagem e a intersubjetividade. Ele não pode negar a realidade dos significados socialmente compartilhados. Caso contrário, como poderia postular a vida social ou atribuir-lhe conceitos e rótulos compartilhados?

Nas ciências sociais, muito progresso foi feito no tratamento objetivo da subjetividade por meio do reconhecimento da objetividade da intersubjetividade (Berger & Luckmann, 1979; Giddens, 1993; Marx & Engels, 1977; Marx, 1980; Popper, 1978; Vico, 1999; Weber, 1999). A objetividade, tal como vista aqui, é fruto da observação direta e compartilhada da ação que manifesta a RSN e seus resultados. Ela está intimamente relacionada à intersubjetividade na ação compartilhada e fundamentada na vida cotidiana.

A própria realidade biológica do subjetivista é sentida em si mesmo, de forma inegável. A observação dos outros e de suas atividades mostra corpos e necessidades semelhantes. Para satisfazer necessidades e desejos, os seres humanos precisam agir e cooperar. Assim, deve-se aceitar a realidade da ação cooperativa como meio de ação eficaz e como base de seus resultados culturais, tais como linguagem, moeda, ciência, tecnologia, culinária, música, literatura, valores morais, instituições etc., todos fenômenos diretamente observáveis entre os seres humanos (Giddens, 1993). Daí um mundo compartilhado e a intersubjetividade.

No mínimo, quem assume a intersubjetividade deve também assumir sua objetividade observável na ação cooperativa e competitiva e em seus resultados. De fato, para os realistas, é precisamente nas RSN resultantes que reside a origem das estruturas sociais objetivas. A novidade do argumento acima está em mostrar que a aceitação da intersubjetividade obriga à aceitação da subsequente divisão social do trabalho e, conseqüentemente, das estruturas sociais.

Assim, uma vez aceita a intersubjetividade, nominalistas e realistas podem convergir para uma noção objetiva dos processos sociais que geram estruturas sociais. Eles convergem porque ideias e significados compartilhados estão intersubjetivamente envolvidos nas RSN institucionalizadas e inescapáveis e nas ações que as constituem.

Surge, portanto, uma síntese ontológica que absorve os pontos fortes do realismo e do nominalismo, bem como suas críticas recíprocas.

CONHECIMENTO OBJETIVO DENTRO E A VOLTA DAS ORGANIZAÇÕES

Somente indivíduos têm ideias e conhecimento. No entanto, os indivíduos constroem e recebem a maior parte de suas ideias a partir de interações sociais, mesmo antes de aprenderem a falar. Assim, a maioria — senão todas — das ideias de um indivíduo tem origem e sustentação nas RSN.

Os seres humanos conhecem a sociedade porque ela é feita e discutida por, para e entre eles (Vico, 1999). Marx (1976) acrescentou que seu pensamento é permeado por ideologia.

Marx e Weber tinham pontos de vista divergentes sobre o papel da ideologia nas estruturas sociais de larga escala. Não surpreende que a origem e a manutenção da ideologia dominante na sociedade como um todo tenham se tornado um ponto central de disputa entre marxistas e sociólogos interpretativos.

Entretanto, a síntese apresentada neste artigo não trata de estruturas sociais no nível societário, mas apenas enquanto observadas no nível organizacional. Organizações possuem processos cognitivos, envolvendo seus *stakeholders* no compartilhamento e conflito intersubjetivo de ideias e conhecimentos. Aqui, não há necessidade de lidar com a polêmica da ideologia dominante. Dentro e à volta das organizações, é evidente no cotidiano a inter-relação entre ideias compartilhadas e práticas efetivas nas relações sociais. No nível das organizações, um conhecimento objetivo da realidade social é possível porque existem RSN dentro e ao redor das organizações, cruciais para sua sobrevivência e sucesso, e tais relações sustentam os significados compartilhados objetivos, ou intersubjetividade. O conhecimento organizacional é resultado de uma comunidade interativa conectada por RSN. Mesmo ideologias conflitantes podem ser observadas e gerenciadas no nível organizacional.

Conhecimento prático no nível organizacional

O conhecimento é mais do que ideias abstratas. O conhecimento objetivo sobre organizações pode ser prático ou científico (Giddens, 1993). O conhecimento prático é aplicado diretamente pelos agentes na ação social. Ele diz respeito a significados compartilhados que explicam e são eficazes e eficientes na prática, reforçando sistematicamente comportamentos sociais bem-sucedidos.

A intersubjetividade confere objetividade ao conhecimento prático. Diante de uma afirmação sobre uma prática, cada interlocutor pode avaliar sua validade direta ou indiretamente por seus próprios meios. Dado um procedimento, a pessoa pode repeti-lo e verificar os resultados esperados. Caso falhe, pode ajustá-lo ou concluir que ele é irremediavelmente defeituoso. A intersubjetividade e a ação são suficientes para garantir a objetividade do procedimento. Independentemente, qualquer pessoa poderá verificar se e como ele funciona. Se alguém não puder verificar pessoalmente o procedimento, pode recorrer a diversas fontes autorizadas e julgar por si mesma os méritos relativos de seus argumentos e evidências. O mesmo ocorre com qualquer conhecimento recebido.

Da mesma forma, a intersubjetividade é essencial para a cooperação. As RSN restringem fortemente as ideias a significados socialmente definidos, institucionalizados e objetivos, suprimindo comunicação eficaz. Por exemplo, ninguém estabelece sozinho o valor da moeda. Apenas as transações de mercado definem o valor de uma moeda. Ídem para os significados das palavras. Somente a interação social com significados compartilhados sobre as situações relevantes permite comunicação e ação bem-sucedidas. Qualquer pessoa pode proferir sons sem sentido. A comunicação e a ação eficazes exigem significados compartilhados no contexto.

Os papéis organizacionais também exigem a objetividade da intersubjetividade. As pessoas nas organizações devem ter um entendimento mútuo de seus papéis e obrigações, porque os outros esperam e exigem fortemente sua conformidade com os comportamentos socialmente esperados de suas posições. E elas não podem escapar desses comportamentos esperados porque eles derivam das RSN. Mesmo quando discordam ou não querem, os indivíduos sabem e entregam o que se espera deles em seus papéis.

Até mesmo o conflito exige algum tipo de acordo significativo sobre o objeto ou assunto em disputa.

O conhecimento prático tem suas raízes na eficácia e eficiência. A necessidade de recursos nas organizações restringe ainda mais a interpretação da prática e leva à institucionalização do conhecimento e dos significados associados. O resíduo de interpretação que fica fora dos objetivos e significados compartilhados tem pouca relevância para o trabalho cooperativo. Além disso, a prática serve de base para o conhecimento científico e é frequentemente aprimorada, modificada ou até substituída por ele.

O conhecimento científico das organizações

Para examinar os pressupostos epistemológicos das teorias sociológicas e científicas organizacionais, Burrell e Morgan (2005) criaram uma dimensão com dois extremos. Em um extremo, os positivistas “buscam explicar e prever o que acontece no mundo social, procurando regularidades e relações causais entre seus elementos constituintes.” Eles rejeitam firmemente fenômenos subjetivos como elementos constituintes. Os anti-positivistas, no outro extremo, “[...] sustentam que só se pode ‘compreender’ ocupando o quadro de referência do participante da ação [...] a ciência social é vista essencialmente como um empreendimento subjetivo, e não objetivo” (Burrell & Morgan, p. 5). Ambos os extremos são problemáticos.

O primeiro golpe contra os positivistas foi negar a sugestão de Durkheim (1858–1817) de que fatos sociais são coisas. Marx e Weber (Weber, 2004) concordam que fenômenos sociais se manifestam em relações sociais e processos de ação social. Hoje, a maioria dos cientistas sociais, senão todos, são processuais e relacionais e veem uma intersubjetividade dinâmica, o segundo golpe contra o positivismo, nos fenômenos sociais.

A crítica de Popper (1989, 2002) e Quine (2002) demoliu o princípio de verificação dos positivistas lógicos. Para eles, definições operacionais não esgotam o significado de entidades-chave não diretamente observáveis na física, como o elétron, o neutrino ou o campo magnético. Sempre há um núcleo teórico em qualquer conceito (Quine, 2002). O significado completo de um conceito só aparece por sua integração em uma rede semântica que, por meio de operações dedutivas, gera previsões testáveis (Churchland, 1988).

Permaneceu a doutrina lógica de Popper (1989) de que a hipótese científica pode ser testada e falsificada, embora nunca comprovada. Feyerabend (1980) e outros retrucaram que falsificação lógica difere de refutação empírica. Um único experimento crítico fracassado não é suficiente. Apenas uma acumulação de evidências negativas poderia refutar uma hipótese ou teoria. Isso leva ao mesmo problema lógico da indução que Popper tentou contornar. Ainda assim, o experimento crítico falho continua sendo uma ferramenta poderosa da prática científica. Ainda mais quando a triangulação repete seus resultados com metodologias, contextos e teorias de suporte diferentes.

Na prática tecnológica, por contraste, mesmo modelos falsificados são aceitos em explicação, previsão, planejamento e engenharia. A prática exige apenas uma aproximação suficientemente boa. A mecânica newtoniana, por exemplo, apesar de falsificada pela relatividade e pela mecânica quântica, ainda é usada hoje no projeto de espaçonaves. Limitações bem compreendidas e controláveis permitem o uso de um modelo falsificado até mesmo na construção de experimentos científicos. Por exemplo, usar a mecânica de Newton no projeto e construção de aceleradores de partículas ou telescópios não invalida experimentos e observações relativísticos ou mesmo quânticos.

Todos os indícios sugerem que situação análoga prevalece nas ciências sociais, devido a condições imprevisíveis e à impossibilidade de prever o comportamento humano. Ao contrário das ciências físicas, não existem leis rígidas nas ciências sociais (leis sem exceção). Em economia, é comum formular generalizações causais aplicando a cláusula *ceteris paribus* (tudo o mais permanecendo igual). Marx enfatiza que em cada totalidade social (capitalismo, feudalismo etc.) há leis específicas, que mudam junto com ela. A psicologia cognitiva também não possui leis tão rígidas. Horgan e Tienson (1996), por exemplo, destacam a existência de leis flexíveis (*soft laws*), generalizações válidas que podem ser suspensas por circunstâncias imprevistas. Holland et al. (1989) apresentam concepção similar para a indução, que chamam de hierarquias padrão (*default hierarchies*).

A boa notícia é que, assim como leis rígidas, leis flexíveis também podem figurar em explicações lógicas (Horgan & Tienson, 1996). A diferença reside no grau limitado de generalidade de suas previsões. Eventos podem divergir amplamente das previsões se houver fatores intervenientes imprevistos. Ainda assim, existe a possibilidade de intervenção nos processos sociais para retomar as direções inicialmente previstas, assim como se corrige a trajetória de uma espaçonave quando ela se desvia de sua rota planejada.

Além disso, fenômenos sociais são sempre multicausais, estatísticos e complexos, pois podem resultar de múltiplos processos estocásticos atuando e interagindo. Um modelo de ciência social jamais explica toda a variância de tal fenômeno. Sempre permanece um erro relevante, não explicado, às vezes grande. Isso prejudica a previsibilidade, mais um revés para os positivistas.

Uma sutileza importante, derivada da matemática não linear dos sistemas dinâmicos, é a demonstração de que explicação não implica previsibilidade (Ruelle, 1993; Stewart, 1997). Com um grande número de iterações sucessivas, processos causais não lineares podem amplificar pequenas diferenças nas condições iniciais, criando trajetórias divergentes e imprevisíveis. Na meteorologia, por exemplo, um bom modelo explicativo não gera boas previsões de longo prazo. Isso exige coleta contínua de dados empíricos e atualizações das previsões, por exemplo, para divulgar condições climáticas perigosas não previstas.

Por fim, a epistemologia positivista encontra outro desafio social na indeterminação. Agentes podem agir e reagir de maneiras imprevisíveis. Quando abandonam seu “roteiro” da ciência social e violam expectativas, produzem as famosas consequências imprevisíveis e imprevisíveis de (Merton, 1934). Além das exceções cotidianas, tais violações podem até produzir mudanças históricas, totalmente contrárias aos modelos prévios da ciência social. Essa indeterminação pode ter causas aleatórias, resultar de caos determinístico, ou mesmo basear-se em fatores incognoscíveis — um núcleo de imprevisibilidade irreduzível que Nascimento (2006) chamou de livre-arbítrio epistemológico.

Como Kant (1963 como citado em Stevenson & Haberman, 2004, p. 173) enfatizou: na prática, não há como escapar de tomar decisões sobre o que fazer. Churchland (2013), apoiado por Dehaene (2014), Mitchell (2023) e outros, sugere uma concepção de livre-arbítrio compatível com o determinismo. Trata-se de deliberação reflexiva *offline*, baseada no controle consciente de impulsos imediatos, no treinamento consciente de processos inconscientes, na reflexão sobre problemas e alternativas de solução e no planejamento cuidadoso de alternativas futuras de ação. A vida social humana claramente desafia determinismos simplistas.

Embora a biologia e as RSN condicionem fortemente o comportamento individual, elas não determinam totalmente o comportamento de uma pessoa. Há sempre um resíduo de liberdade individual (Nascimento, 2006; Packard & Clark, 2020). Essa independência relativa do pensamento de uma pessoa em relação ao meio social e às ideias dominantes é particularmente importante como fonte de variação contínua na dinâmica sociocultural lamarckiana que impulsiona grande parte da inovação social e cultural, bem como a agitação social. É também a fonte de novos conhecimentos científicos e pragmáticos sobre fenômenos sociais.

Ao contrário da evolução biológica, a mudança microssocial é frequentemente intencional — especialmente em organizações. É claro que mudanças intencionais podem ser seguidas de consequências não intencionais (Merton, 1934) que, se suficientemente grandes, podem desafiar ou mesmo reverter a intenção original. Esse risco aumenta na escala meso e torna-se muito grande com mudanças macrosociais planejadas.

No extremo subjetivo da escala de Burrell e Morgan (2005), solipsistas podem ser ignorados porque não acreditam na existência do mundo e dos outros. Para eles, não existe ciência social. Depois vêm os anti-positivistas. Ao enfatizar a experiência subjetiva, eles acabam presos a uma concepção relativista, ignorando o lado social da ciência (Popper, 1978), a objetividade da intersubjetividade.

Em certa medida, a subjetividade pode reinar suprema na mente do observador passivo. Mesmo aqui, porém, há os limites dos estados corporais diretamente sentidos: sono, fome, dor, frio, febre, perda de equilíbrio etc. Mais crucial, ninguém pode ser sempre passivo. Queiram ou não, as pessoas precisam envolver-se na vida social para cooperar ou participar de conflitos. A ação social pressupõe os outros e constitui o próprio objeto da ciência social. A linguagem é um produto cultural, construído intersubjetivamente na prática compartilhada, como Wittgenstein (1975) enfatizou em seu conceito de jogos de linguagem. Para ser eficaz na prática, a linguagem requer significados compartilhados para se referir à biologia, à física e até à psicologia. Significados compartilhados são necessários para as RSN, que os ancoram no mundo real.

Até adversários precisam de conceitos compartilhados para se agredir mutuamente! Observadores argentinos, britânicos e outros concordam que as *Malvinas*, como chamadas pelos argentinos, são o mesmo arquipélago físico chamado *Falklands* pelos britânicos. Há grande desacordo político entre britânicos e argentinos sobre essas ilhas, mas ninguém discute sua geografia. Caso contrário, uma guerra por sua posse seria impossível! O que, aliás, ilustra bem como o simples acordo sobre significados, neste caso, geográfico, é insuficiente para suprimir o conflito.

Resultante da evolução sociocultural lamarckiana, quase tudo nas sociedades modernas é produto cultural, incluindo cooperação e conflito organizados, ambos baseados em objetivos institucionalizados observáveis, em trocas recíprocas e em processos ordenados. Cotidianamente, cada um de nós vivencia papéis nas RSN e utiliza significados objetivos compartilhados. Como alguém pode falar seriamente de ciência social sem examinar as implicações desses resultados objetivos da intersubjetividade na ação social? Os anti-positivistas ignoram as consequências objetivas da intersubjetividade, tanto materiais quanto socio-relacionais.

Fenômenos organizacionais podem ser abordados objetivamente como processos em sistemas de interações sociais e iterações que geram significados objetivos (Nascimento, 2022). Excluindo propósitos analíticos, tais interações e iterações sociais práticas não podem ser decompostas em ações individuais independentes, como queria o individualismo metodológico weberiano, precisamente porque elas formam conjuntos interconectados, com ação mutuamente monitorada e controlada: empregador–empregado; comprador–vendedor; chefe–subordinado; etc. Se um falha em cumprir, o outro retalia. Como Goddard (1973) afirmou bem, por trás dos fenômenos culturais existem sistemas de interações que constituem o próprio objeto da investigação científica do social.

As ações sociais são objetivas e observáveis nas relações sociais. O pensamento individual, compartilhado por meio da linguagem, tem as relações sociais como objeto. Mesmo que cada interlocutor ou cientista tenha um significado mais amplo em mente, há sempre um núcleo objetivo compartilhado que cria a própria razão da interação social. Sem ele, a interação simplesmente não ocorre. Esses significados compartilhados intersubjetivamente referem-se às relações sociais necessárias e institucionalizadas e aos próprios produtos culturais, que também são objetivos.

CONCLUSÃO

A resposta para a primeira pergunta de pesquisa inicialmente colocada é sim: é possível abordar objetivamente a subjetividade humana no estudo das organizações. O texto mostra como (Figura 1), respondendo à segunda pergunta.

É possível superar a dicotomia radical entre objetivistas e subjetivistas proposta por Burrell e Morgan (2005) ao lembrar que ambos necessitam da intersubjetividade em sua visão da sociedade. Mas a intersubjetividade é objetiva porque os agentes devem participar das RSN e, portanto, compartilhar significados objetivos.

Os objetivistas devem abandonar a ideia de que um fato social é uma coisa. Mesmo as estruturas sociais resultam de processos sociais de longa duração realizados por agentes parcialmente autônomos atuando dentro da RSN. Isso, na prática e na pesquisa, obriga tanto objetivistas quanto subjetivistas a aceitar:

1. **uma ontologia realista** das ações sociais, relações, processos, produtos culturais e estruturas e papéis organizacionais,
2. **e uma epistemologia objetiva** de modelos conceituais para esses elementos, ou seja, um conhecimento objetivo das organizações.

Entretanto, essa perspectiva exige uma abordagem original — uma concepção objetiva de interpretação em gestão, baseada na objetividade da intersubjetividade, na prática e relações sociais necessárias, nos significados objetivos compartilhados e nos produtos culturais. Essa interpretação objetiva, contudo, é um tema para pesquisas futuras, por exemplo, outros artigos (Nascimento, 2022).

A intersubjetividade pressupõe a subjetividade. Haveria um resíduo de subjetividade humana jamais explicável pela ciência? Talvez. O dualismo cartesiano parece não ser mais sustentável cientificamente (Damásio, 1995). Parece que a subjetividade pode ser estudada objetiva e diretamente, como sugerem a biologia moderna, a neurologia e a ciência cognitiva. Contudo, fundamentar essa visão exige uma incursão por essas ciências, tarefa para outros trabalhos (Nascimento, 2021, 2022).

Mesmo que esse resíduo exista, ele proscreveria a objetividade e forçaria uma interpretação subjetiva dos significados na ação organizada? Essa é outra questão, separável analítica e pragmaticamente da anterior, e convergente com a discussão sobre o livre-arbítrio. Para este autor, pode haver tal resíduo, servindo como fundamento do livre-arbítrio e afetando a ciência social por meio de consequências não intencionais, e ainda assim deixando as estruturas sociais e organizações como ontologia real, devido às restrições e processos das RSN. Mais uma vez, isso exige estudos adicionais. Um caminho possível para o avanço científico sobre o livre-arbítrio pode ser a neurociência (Mitchell, 2023).

REFERÊNCIAS

- Bennett, M. S. (2023). *A brief history of intelligence: evolution, AI, and the five breakthroughs that made our brains*. HarperCollins.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1979). *A construção social da realidade* (4a ed.). Vozes.
- Burrell, G., & Morgan, G. (2005). *Sociological paradigms and organisational analysis*. Ashgate Publishing Limited.
- Churchland, P. M. (1988). *Matéria e consciência – Uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. Ed. UNESP.
- Churchland, P. S. (2013). *Touching a nerve – The self as brain*. Norton & Company.
- Condemi, S., & Savatier, F. (2019). *As últimas notícias do Sapiens: uma revolução nas nossas origens*. Vestígio.
- Costa, N. C. A. da. (1994). *Ensaio sobre os fundamentos da lógica* (2nd ed.). Hucitec.
- Dehaene, S. (2014). *Consciousness and the Brain: Deciphering How the Brain Codes Our Thoughts*. Penguin Books.
- Damásio, A. (1995). *Descartes' error: Emotion, reason, and the human brain*. HarpPeren.
- Damásio, A. (2018). *The Strange order of things: Life, feeling, and the making of cultures*. Pantheon Books.
- Dunbar, R. I. M. (1992). Neocortex size as a constraint on group size in primates. *Journal of Human Evolution*, 22(6), 469-493.
- Dunbar, R. I. M. (1993). Co-evolution of neocortex size, group size and language in humans. *Behavioral and Brain Sciences*, 16(4), 681-735.
- Everett, D. L. (2017). *How language began: The story of humanity's greatest invention*. Profile Books.
- Feyerabend, P. K. (1980). *Contra o método* (3a ed.). F. Alves.
- Flandrin, J. L., & Montanari, M. (1998). *História da alimentação* (L. V. Machado & G. J. F. Teixeira, Trans.). Estação Liberdade.
- Giddens, A. (1993). *New rules of sociological methods* (2a ed.). Stanford University Press.
- Goddard, D. (1973). Max Weber and the objectivity of social science. *History and Theory*, 12(1), 1-22.
- Herculano-Houzel, S. (2016). *The human advantage: A new understanding of how our brain became remarkable*. MIT Press.
- Holland, J. H., Holyoak, K. J., Nisbett, R. E., & Thagard, P. R. (1989). *Induction: Processes of inference, learning, and discovery*. MIT Press.
- Horgan, T., & Tienson, J. (1996). *Connectionism and the philosophy of psychology*. MIT Press.
- Jean, G. (1992). *Writing: the story of alphabets and scripts*. H. N. Abrams.
- Kant, I. (1963). *On history*. Bobbs-Merrill.
- Lieberman, M. D. (2013). *Social: Why our brains are wired to connect*. Crown.
- March, J. G., & Simon, H. A. (1958). *Organizations*. Wiley.
- Marx, K. (1976). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (M. F. M. Simões, Trad.). Estampa.
- Marx, K. (1980). *O Capital: Crítica da economia política* (5a ed., R. Sant'Anna, Trad.). Civilização Brasileira.
- Marx, K., & Engels, F. (1977). *A ideologia alemã [I – Feurbach]* (C. Bruni & M. A. Nogueira, Trad.). Grijalbo.
- Merton, R. K. (1936). Unanticipated consequences of purposive social action. *American Sociological Research*, 1(6), 894-904.
- Mingers, J. (2000). The contribution of critical realism as an underpinning philosophy for OR/OM and systems. *Journal of the Operational Research Society*, 51(11), 1256-1270.
- Mitchell, K. J. (2023). *Free will: How evolution gave us free will*. Princeton University Press.
- Nascimento, P. T. S. (2006). O livre arbítrio epistemológico na administração. *Organizações & Sociedade*, 13(38), 31-44.
- Nascimento, P. T. S. (2008). O sentido objetivo da prática administrativa. *Cadernos EBAPE.BR*, 6(1), 1-17.
- Nascimento, P. T. S. (2021, outubro). A neurociência objetiva da subjetividade e a administração estratégica. *Anais do 45º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Maringá, PR, Brasil.
- Nascimento, P. T. S. (2022). Objective meaning fixation: organizational cognitive processes under uncertainty and conflict. *Cadernos EBAPE.BR*, 20(5), 608-623.
- Packard, M. D., & Clark, B. B. (2020). On the mitigability of uncertainty and the choice between predictive and nonpredictive strategy. *Academy of Management Review*, 45(4), 766-786.
- Parsons, T. (1968). *The Structure of Social Action: A study of social theory with special reference to a group of European writers*. Free Press.
- Peirce, C. S. (2008). *Ilustrações da lógica da ciência*. Ideias & Letras.
- Popper, K. R. (1978). *Lógica das Ciências Sociais*. Biblioteca Tempo Universitário.
- Popper, K. R. (1989). *A Lógica da Pesquisa Científica*. Cultrix.
- Popper, K. R. (2002). *Conjectures and Refutations – The Growth Of Scientific Knowledge*. Routledge. (Original work published 1963).
- Quine, W. V. (2002). Two Dogmas of Empiricism. In Y. Balashov & A. Rosenberg (Eds.). *Philosophy of Science: Contemporary Readings* (pp. 155-169). Routledge.
- Ruelle, D. (1993). *Acaso e caos* (R. L. Ferreira, Trad.). Ed. UNESP.
- Simmons, J. G. (2004). *Médicos & descobridores: Vidas que criaram a medicina de hoje*. Record.
- Simon, H. A. (1979). Rational decision-making in business organizations. *The American Economic Review*, 69(4), 493-513.
- Smith, A. (1979). *Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das Nações*. Abril Cultural. (Coleção Os Economistas).

- Solms, M. (2021). *The hidden springs. A journey to the source of consciousness*. W. W. Norton & Company.
- Stevenson, L. F., & Haberman, D. L. (2004). *Ten theories of human nature*. Oxford University Press.
- Stewart, I. (1997). *Does God play dice: The mathematics of chaos* (2a ed.). Penguin Books.
- Thompson, J. D. (2006). *Organizations in action: The social science bases of Administrative Theory*. Transaction Publishers.
- Vico, G. (1999). *A ciência nova* (M. Lucchesi, Trad.). Record.
- Weber, M. (1999). A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In G. Cohn. (Org.). *Max Weber: Sociologia* (pp. 79-127). Ática.
- Weber, M. (2004). *Economia e sociedade: volume 1: fundamentos da sociologia compreensiva*. (4a ed.). Ed. UnB.
- Wilson, E. (1995). *On human nature*. Penguin Books.
- Wittgenstein, L. (1975). *Tractatus Logico-Philosophicus: English Translation*. Routledge.

Paulo Tromboni de Souza Nascimento

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0705-3952>

Professor Senior do Departamento de Administração da Universidade de São Paulo (USP); Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade de São Paulo (PPGA/USP). E-mail: tromboni@usp.br

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Paulo Tromboni de Souza Nascimento: Conceitualização (Liderança); Curadoria dos dados (Ensaio sem coleta de dados); Metodologia (Liderança); Escrita-rascunho original (Liderança); Escrita- revisão e edição (Liderança).

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado neste artigo.

EDITOR CHEFE

Hélio Arthur Reis Irigaray (Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro / RJ – Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9580-7859>

EDITOR ASSOCIADO

Fabrizio Stocker (Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro / RJ – Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6340-9127>

REVISORES

Daniel Pinheiro (Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis / SC – Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7731-8178>

Um dos revisores não autorizou a revelação da sua identidade.

PARECERES DOS REVISORES

Os pareceres dos revisores estão disponíveis nesta URL: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/94673>